

Reagindo à censura: criatividade em tempos sombrios. O caso do concurso de contos da revista *Status*

Reacting to censorship: creativity in dark times. The case of the story competition of Status magazine

Sandra Reimão

Professora doutora do Programa de Mestrado e Doutorado em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo – Umesp e bolsista de Produtividade em Pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Publicou os seguintes livros: *Mercado editorial brasileiro* (ComArte/Fapesp, 1996) e *Livros e televisão – correlações* (Ateliê, 2004). E-mail: sandrareimao@uol.com.br.

Artigo recebido em 30/06/2007

Artigo aprovado em 13/09/2007

Resumo

Esse texto aborda um caso não muito conhecido de censura à imprensa durante a ditadura militar: a proibição da publicação, em duas ocasiões, dos contos vencedores de *Concursos Status de Literatura Erótica Brasileira*. Trata-se dos contos “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, vencedor em 1976, e “O cobrador”, de Rubem Fonseca, vencedor em 1978. A revista *Status* adotou atitudes diferentes frente a essas proibições. Esse texto resgata a história dessas proibições e busca compreender a atuação da censura e as estratégias adotadas pelos editores frente a ela.

Palavras-chave: literatura, censura, Brasil, década de 1970.

Abstract

This paper focuses an unknown case of press censorship during the military dictatorship in Brazil: the prohibition of the publication, on two occasions, of the winning stories of competitions Status of Brazilian Erotic Literature. It was about “Mister Curitiba” story, by Dalton Trevisan, winner in 1976, and “O Cobrador”, by Rubem Fonseca, winner in 1978. The *Status* magazine adopted different decisions due to these prohibitions. This paper rescues the history of these prohibitions and intends to understand the censorship performance and strategies adopted by publishers.

Keywords: literature, censorship, Brazil, 1970 decade.

Introdução

Uma das primeiras providências da maioria dos regimes autoritários é censurar a liberdade de expressão e opinião – uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes. Telejornais, jornais, revistas, livros costumam ser alvos de atos de censura.

Na ditadura militar brasileira (1964-1985), a censura prévia para “livros e periódicos, (...) diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão”, foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 1.077/70¹, assinado pelo então Presidente Emílio Garrastazu Médici, atribuindo esta função ao Ministério da Justiça.

Embora a regulamentação da censura prévia tenha se dado somente em março de 1970, na prática, jornais e periódicos já estavam sendo censurados há muitos anos. A censura a impressos durante a primeira fase da ditadura militar (1964-1968) foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada: não são poucos os relatos de “batidas” policiais em gráficas e editoras, apreensão e confisco de exemplares em editoras e livrarias, além de coerção física a editores.

Durante a vigência da censura, um dos tópicos censurados era a existência da censura. A Polícia Federal, em 04 de junho de 1973, elaborou um inequívoco texto a respeito: “De ordem superior, fica terminantemente proibida a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e sua legitimidade, bem como qualquer notícia, crítica, referência escrita, falada e televisada, direta ou indiretamente formulada contra órgão de censura, censores e legislação censória” (MARCONI, 1980: 37).

A existência da censura, no entanto, era notória para as parcelas mais esclarecidas da população: “A existência da censura prévia à imprensa era vista pelo regime como algo proibido de ser mencionado. Sendo de conhecimento notório de um público restrito, determinava um pacto mantido em segredo, mas não em total sigilo” (KUSHNIR, 2004: 42).

Impedidos de noticiar que haviam sido censurados, os jornais recorriam a expedientes como publicar, nos

espaços das matérias suprimidas, material “estranho” e “inadequado”. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou várias poesias no lugar das matérias censuradas e, a partir de 26 de julho de 1974, passou a publicar, nesses espaços, trechos de *Os Lusíadas*, de Camões – isso ocorreu mais de 600 vezes². O mesmo *O Estado de S. Paulo* publicou, em 10 de maio de 1973, na primeira página, um “anúncio” da Rádio Eldorado com o slogan “Agora é samba” ao lado de uma “carta de leitor” que versava sobre a inexistência de rosas azuis – os espaços destinavam-se originalmente a notícias sobre a renúncia do Ministro da Agricultura. Vale lembrar que a censura prévia era, muitas vezes, feita no jornal já diagramado, na composição já paginada, e que refazer eliminando espaços deixados pelos textos censurados implicaria gastos e tempo extras.

Indicando as lacunas deixadas pela ação da censura, o *Jornal da Tarde* publicava receitas culinárias; a revista *Veja*, figuras de demônios; *A Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, mantinha os espaços em branco (estratégia não vista com bons olhos pelos censores); e os semanários *Opinião* e *Manuscrito* publicavam tarjas pretas³.

Por duas vezes, os textos que obtiveram a primeira colocação nos Concursos Nacionais de Contos Eróticos promovidos pela revista *Status* foram vetados pela censura prévia. A primeira vez, no 1º Concurso, em julho de 1976, o primeiro colocado foi “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan (que concorreu com o pseudônimo João Maria), e a segunda vez, no 3º Concurso, em julho de 1978, o primeiro colocado foi “O cobrador”, de Rubem Fonseca. Nas duas ocasiões, a revista adotou estratégias diferentes frente ao veto. Na primeira delas, o índice informava a premiação e remetia para a página onde estaria o conto. Ao chegar à referida página, o leitor encontrava apenas uma charge. Na segunda delas, em 1978, na página indicada no índice como sendo aquela em que o leitor encontraria o referido conto, havia uma foto do autor e uma explicação dizendo que “motivos alheios à decisão do Júri e à vontade da redação de *Status* impedem que o público tome conhecimento do texto premiado”, e publicou-se outro conto do mesmo autor. Agora, essa história será vista mais de perto.

¹ No artigo “‘Prezada censura’: cartas ao Regime Militar”, Carlos Fico enfatizou que esse decreto era claramente voltado para “a moral e os bons costumes” e para livros, revistas, rádio e televisão, e não tanto jornais (Fico, 2002).

² Ver livreto que acompanha a edição fac-similada de *Os Lusíadas* anexada à revista *A Revista*, número 7.

³ Ver Camões, *Os Lusíadas*, livreto que acompanha a edição fac-similada anexada à revista *A Revista*, número 7, São Paulo, Takano Editora Gráfica, 2002, p. 13.

A Revista Status e seu concurso de contos eróticos

Status era uma revista para o público masculino adulto – algumas capas traziam grafada a indicação “Revista masculina da Editora Três”; outras salientavam “Leitura para adultos”. O primeiro número da revista *Status* foi publicado em agosto de 1974. No editorial deste número, explicou-se o porquê dessa denominação:

Há sempre o grande perigo de se entender mal o que as palavras significam (...) *Status* significa educação, categoria, saber viver. Significa conquista. Nem sempre significa dinheiro, mas significa sempre respeito, posição. (...) Com a firme intenção de fazer ver o que de bem, de inteligente, de certo o homem deve conhecer. Os Editores.

Status antecedeu, por 12 meses, outra revista também destinada ao público masculino adulto: a revista *Homem*, publicada pela Editora Abril, em 1975. A revista *Homem* era um similar nacional da *Playboy* norte-americana, mas não foi lançada com esse título pois, senão, “atririam ainda mais a ira da Censura” (CONTI, 1999: 148). Em 1978, depois de perder o direito de usar o título *Homem* por já ter sido previamente registrado pela Editora Três e de conseguir um acordo com o editor norte-americano da *Playboy*, a revista *Homem* alterou seu título para *Playboy*. *Status* e *Playboy* concorriam nas bancas com outras revistas de mesmo perfil, entre as quais a veterana *Ele Ela*, publicada desde 1969.

Na revista *Status*, desde o primeiro número, havia uma seção denominada “Ficção” em que se publicava uma novela ou um conto. Os textos em “Ficção” eram relativamente longos, com cerca de seis a 12 páginas, e geralmente havia uma chamada a respeito na capa. Alguns dos primeiros autores publicados nesta seção foram os seguintes: Scott Fitzgerald, Philip Roth, Ray Bradbury, Julio Cortázar e Tennessee Williams.

Além da seção “Ficção”, havia sempre, na seção de crítica, um curto texto indicativo de um ou mais livros. Em alguns números, além da seção “Ficção”, havia também a publicação de algum outro texto literário: no número 4, encontrava-se uma seleção de seis cartas de amor de Graciliano Ramos para sua segunda esposa, e, no número 15, foi publicado um conto de Ignácio de Loyola (“Rosajeine tira a roupa”), que a revista informa ter sido escrito especialmente para aquela edição.

No número 20, de março de 1976, a seção “Ficção” apresentou um conto de Ivan Ângelo e anunciou o

lançamento de um grande concurso: “*Status* lança um concurso literário diferente – Prêmio *Status* de Literatura Erótica Brasileira”. Explicou-se, a seguir, que o concurso seria anual, que os resultados seriam divulgados sempre no mês de julho, e que, no mesmo mês do anúncio dos vencedores, o primeiro colocado daquele ano seria publicado na revista. O regulamento anunciou também os prêmios. O primeiro lugar receberia uma passagem de ida e volta para a Europa e Cr\$ 25.000,00.

Na edição de julho de 1976 (número 24), apesar de, no índice, haver a indicação da publicação do primeiro colocado do Prêmio *Status* daquele ano, no caso “Mister Curitiba”, de Dalton Trevisan, o que se via nas páginas indicadas eram anúncios e piadas.

Explicitando: na página 3 da edição de julho de 1976, no índice estava escrito: (página) 87 Concurso – “A comissão julgadora do 1º Concurso Nacional de Contos Eróticos, depois de várias reuniões, revela os cinco premiados”; (página) 88 “Dalton Trevisan. O ganhador do concurso e seu conto ‘Mister Curitiba’”. Na referida página 88, o leitor encontrava, de fato, uma ilustração cômica. Neste desenho, viam-se duas jovens, vestidas com roupas do fim do século XIX, uma delas utilizando uma armação para aumentar os quadris e a outra utilizando o mesmo tipo de armação na barriga, disfarçando a gravidez. A primeira jovem perguntava para a outra: “Você não acha que, mais cedo ou mais tarde, papai vai perceber?”, enquanto o pai de ambas olhava distraído pela janela. Nas três páginas seguintes, espaço presumivelmente reservado para o conto suprimido, encontrava-se material publicitário.

Um leitor escreveu para a revista (número 27, outubro de 1976): “ficamos (...) decepcionados (...) quando contávamos com a tão desejada apresentação do conto anunciado no índice da revista número 24 – e nas páginas indicadas havia apenas duas piadas e alguns anúncios. Não sabemos o que ocorreu com o conto, (...) se houve alguma falha técnica”. Essa carta foi publicada com o título “que no centenário de *Status* não sejam necessários erros assim”. Sem resposta ou demais comentários.

A estratégia de *Status* frente ao veto da censura foi semelhante àquela adotada pelos jornais *O Estado de S. Paulo* ou *Jornal da Tarde* e outros impressos da época: publicar outra matéria, visando a deixar claro que tal substituição não se deu por conta da redação – como publicar receitas culinárias na primeira página de um jornal diário de prestígio ou trechos de poemas. O risco dessa estratégia era que um leitor mais desinfor-

mado poderia pensar que se tratava realmente de um erro gráfico, um empastelamento. (Há várias histórias relatando casos de leitores que ligavam para as redações reclamando, pois tentaram fazer as receitas culinárias indicadas e o resultado não tinha sido satisfatório.)

Em 1977, no 2º Concurso *Status* de Literatura Erótica Brasileira, os vencedores foram os seguintes: 1) Luiz Fernando Emediato, “Vegetal”; 2) Regina Célia Colônia, “Sob o pé de damasco, sob a chuva”; 3) Sonia Coutinho, “Cordélia, a caçadora”; 4) Edla Van Steen, “Um dia em três tempos”; 5) Aércio Flávio Consolim, “Sob o sol”. Ao anunciar os vencedores, a revista informou que houve 2 mil inscritos. Não houve problemas na publicação desses contos.

Em 1978, mais uma vez, o conto vencedor, no caso “O cobrador”, de Rubem Fonseca, foi vetado pela censura prévia. Em 1978, na edição de julho, de número 48, a capa indicava “150 mil para o vencedor do Prêmio *Status* de Literatura Brasileira: Rubem Fonseca”; no índice estava assinalado: (página) 127 “O resultado do maior concurso literário da América Latina, o de *Status*, e o conto vencedor de Rubem Fonseca”. Na página 127, falava-se do concurso, informando-se que o valor de Cr\$ 150 mil era o maior prêmio literário da América do Sul, de sua comissão julgadora e do resultado. Nas páginas 128-129, havia uma ilustração para o conto “O cobrador” e indicava-se que ele havia sido o vencedor. No entanto, na página 129, lia-se, em maiúsculas, a seguinte chamada: “AQUI DEVERIA ESTAR O CONTO PREMIADO. EM SEU LUGAR, UMA EXPLICAÇÃO. E UM OUTRO CONTO DO MESMO AUTOR.” A seguir, o texto explicativo:

Você deveria estar lendo agora “O cobrador”, um conto de Rubem Fonseca, que concorreu com o pseudônimo de Joaquim Araújo e que, por unanimidade de votos da Comissão Julgadora, recebeu o Prêmio *Status* de Literatura Brasileira 1978, um prêmio de Cr\$ 150.000,00, o maior do Brasil e de toda a América Latina. Infelizmente, motivos alheios à decisão do Júri e à vontade da redação de *Status* impedem que o público tome conhecimento do texto premiado de um dos maiores escritores brasileiros. A redação de *Status* espera poder, um dia, ter o direito – como tem atualmente **quase** toda a imprensa brasileira – de decidir, soberanamente, sobre os textos que gostaria de colocar nas páginas da revista. Entretanto, para não frustrar a expectativa dos

nossos leitores, publicamos (...) um outro conto inédito – “Mandrake” – de Rubem Fonseca (...).

A estratégia usada pela revista *Status* frente ao veto da censura ao primeiro colocado no seu concurso de contos, em 1978, foi diferente da adotada em 1976. Em 1978, a revista optou por tornar claro que a redação foi impedida de “decidir soberanamente sobre os textos que gostaria de colocar nas páginas da revista”. A revista informou também que outro livro de Rubem Fonseca, *Feliz Ano Novo*, estava “proibido de circular em todo o território nacional, por portaria do Ministério da Justiça”.

Os contos “Mister Curitiba” e “O Cobrador” em livros

Caracterizado como uma narrativa curta, o conto, ensinou-nos Alfredo Bosi, pode ser um “lugar privilegiado em que se dizem situações exemplares vividas pelo homem contemporâneo”. Na busca destas “situações exemplares”, o contista é comparado por Bosi a um pescador: “Em face da História, rio sem fim que vai arrastando tudo e todos no seu curso, o contista é um pescador de momentos singulares cheios de significação.” (BOSI, s/d: 8-9).

Na década de 1970, o conto destacou-se como uma das principais formas da narrativa ficcional. Chegou-se a afirmar que o conto seria “a forma narrativa principal” da produção literária daquele momento (EQUIPE, 1996: 25). Dalton Trevisan é um dos principais contistas brasileiros.

Dalton Trevisan é “contista e só contista (...), tendendo à síntese e ao miniconto, numa das carreiras literárias mais ricas da literatura brasileira” (COUTINHO & SOUZA, 2001.: 1.584).

Dalton Trevisan começou sua atividade literária publicando alguns contos em forma de folheto e fundando, em Curitiba, em 1946, a revista *Joaquim*. Foi a partir de *Novelas nada exemplares*, título publicado em 1959, que “sua obra passa a ter repercussão nacional” (Bosi, s/d: 185). Ao ser lançado, pela Editora José Olympio, o livro *Novelas nada exemplares* mereceu uma resenha, publicada em 25 de julho de 1959, no “Suplemento Literário” do jornal *O Estado de S. Paulo*, elaborada por Paulo Hecker Filho. Essa resenha referiu-se a um texto em que Otto Maria Carpeaux teria falado bastante bem do livro, “a despeito da aparência”, ou seja, apesar do título: “Pretensão sem surpresa”. Segundo Paulo Hecker Filho, Carpeaux teria enfatizado o fato de Dalton Trevisan referir-se, no título de seu

livro, a *Novelas exemplares*, de Miguel de Cervantes, e visto aí uma manifestação de pretensão. Paulo Hecker viu, nesse título, “um divertido achado verbal”.

Em 1976, ou seja, ao ter seu conto “Mister Curitiba” vetado para publicação na revista *Status*, Dalton Trevisan já era um contista conhecido e já havia publicado outros nove livros.

O conto “Mister Curitiba” relata as falas de um homem adulto casado e de uma jovem durante o ato sexual. Esse texto pode ser lido à luz das anotações de Alfredo Bosi sobre Dalton Trevisan: “Aqui, a obsessão do essencial parece beirar a crônica, mas dele se afasta pelo tom pungente ou grotesco que preside à sucessão de frases, e faz de cada detalhe um índice do extremo desamparo e da extrema crueldade que rege os destinos do homem sem nome da cidade moderna” (Bosi, s/d: 17).

Rubem Fonseca estreou em livro, em 1963, com *Os prisioneiros*, reunião de 12 contos. “Halterofilistas, marginais, ninfomaníacas, burguesia ociosa são os personagens de Rubem Fonseca, que domina com o maior vigor a linguagem literária, enriquecida pelo falar carioca da gíria de rua” (COUTINHO, 2001: 722).

Antonio Candido localizou Rubem Fonseca, juntamente com João Antonio, na vertente ultra-realista, ou de “realismo feroz”, da literatura nacional pós-1960:

Esta espécie de ultra-realismo sem preconceitos aparece igualmente na parte mais forte do grande mestre do conto que é Rubem Fonseca. Ele também agride o leitor pela violência, não apenas dos temas, mas dos recursos técnicos – fundindo ser e ato na eficácia de uma fala magistral em primeira pessoa, propondo soluções alternativas na seqüência da narração, avançando as fronteiras da literatura no rumo duma espécie de notícia crua da vida (CANDIDO, 1987: 211).

O conto “O cobrador”, de Rubem Fonseca, é um relato em primeira pessoa. Trata-se de uma narrativa, no tempo presente, na voz de um jovem excluído economicamente, de “físico franzino”, com cicatrizes pelo “corpo todo”, com “poucos dentes” (“se não fizer um tratamento rápido vai perder todos os outros”) e que estudara no “mais noturno de todos os colégios noturnos do mundo”. Este jovem excluído autodenomina-se “O cobrador” e declara que vai cobrar o que lhe

devem, constatando: “estão me devendo comida, (...), cobertor, sapato, casa, automóvel, relógio, dentes” (...) “Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da Rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol”. Este personagem-narrador, através de atos de extrema violência, executa aquilo que ele vê como sendo esta cobrança.

É importante assinalar que, no ano seguinte de seus respectivos vetos pela censura para publicação na revista *Status*, os contos “Mister Curitiba” e “O cobrador” foram publicados em livros e estes não foram interditados pela censura. “Mister Curitiba” foi publicado no livro *A trombeta do anjo vingador*, pela Editora Codecri, em 1977, na coleção Edições do Pasquim, e o conto “O cobrador”, de Rubem Fonseca, foi publicado em livro de mesmo nome pela Editora Nova Fronteira, em 1979. Tanto a Editora Nova Fronteira quanto a Editora Codecri eram, no momento, empresas de impacto no mercado editorial e de grande visibilidade.

O fato de os contos “Mister Curitiba” e “O cobrador” terem sido vetados pela censura para publicação em revista, mas não o terem sido para publicação em livro é um exemplo concreto de que a censura, durante a ditadura militar, teve atuações diferenciadas, não só nos diferentes períodos como também em relação aos diversos meios de comunicação. Os casos acima descritos exemplificam, nos meios impressos, como a atuação da censura foi mais rígida em relação a jornais e revistas do que em relação a livros.

Casos como esse parecem indicar que havia uma escala de hierarquização da censura, que gerava atuações diversas em virtude do potencial impacto da produção em questão.

Embora se esteja enfocando especificamente um caso de censura à ficção em revistas e livros, a hierarquização que se verifica parece reforçar a idéia da racionalidade da ação censória durante a ditadura militar – essa ação, depois de 1968, teria sido variante, multifacetada, mas não arbitrária. Essa observação confirma as considerações de Maria Aparecida Aquino, no livro *Censura, imprensa, Estado autoritário* (1968-1978). A referida autora, ao estudar a censura a notícias nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*, concluiu que “a censura apenas ocasionalmente foi aleatória; possuía, com certeza, uma

“lógica” interna enraizada na defesa dos interesses dos grupos presentes no Estado autoritário e no projeto político que conceberam para o País”.⁴

No caso específico que está sendo abordado neste estudo – censura à ficção em revistas e livros – essa hierarquização dos atos censórios ocorreu em dois níveis: um primeiro nível, em relação aos meios de comunicação (televisão, cinema, rádio, imprensa), e um segundo nível de hierarquização por produções específicas de cada um dos diversos meios de comunicação. O somatório desses fatores resultava que, quanto mais público uma determinada produção cultural pudesse ter, mais ela seria “alvo” da censura. No caso em questão, *Status*, naquele momento uma das principais revistas do País, era, sem dúvida, muito mais lida que a maioria absoluta dos livros nacionais de ficção.⁵

Voltando à revista *Status*: nos dois casos de veto à publicação do texto vencedor dos concursos de contos de 1976 e de 1978, a revista *Status* buscou alternativas que não alterassem a diagramação e a paginação das revistas – evidentemente por questões de custos e prazos. Se, no primeiro dos casos, em 1976, a estratégia de resposta da revista pôde até ser lida como um erro gráfico, um empastelamento, em 1978, a revista resolveu deixar explícito que havia sido censurada e proibida de publicar o conto vencedor. A estratégia da revista foi diferente porque os tempos eram outros – em 1978, o País já estava em pleno processo de “desmonte da ditadura” (GÁSPARI, 2003: 15-19), às vésperas do fim da vigência do Ato Institucional nº 5, e, como o próprio texto explicativo salienta, naquele momento, “quase toda a imprensa brasileira” tinha o direito “de decidir, soberanamente, sobre os textos” que publicaria.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, s/d.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Afrânio & SOUZA, J. Galante. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. V. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2001.

EQUIPE TÉCNICA DE PESQUISA DE LITERATURA CCSP. *Cronologia das artes em São Paulo 1975-1995*: Literatura. São Paulo: CCSP, 1996.

FICO, Carlos. “Prezada censura”; cartas ao Regime Militar. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 251-286, setembro 2002. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf>.

GÁSPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

⁴ AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999. p. 256. Posição semelhante também é encontrável no artigo de Carlos Fico “‘Prezada censura’; cartas ao Regime Militar”. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 251-286, setembro 2002. Também disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/fico_prezada_censura.pdf>.

⁵ O *Anuário brasileiro de mídia*, dos anos de 1975/1976, Editora Três, p. 268 – informa que a circulação total (assinatura mais venda) da revista *Status* era de 95 mil exemplares. O *Anuário Brasileiro de Mídia*, anos 1977/1978, Editora Publiform, não informa a circulação total da revista *Status*, mas indica que circulação das *Status* Especiais era de 80 mil exemplares. O editor das *Status* Especiais era Ignácio de Loyola Brandão.